



Devemos reiniciar a História? ¹

HUNT, Lynn²

Tradução: BEZERRA, Danilo Alves³

Resumo: Os argumentos de David Armitage e Jo Guldi sobre a crise da história se baseiam em afirmações que possuem pouco, ou nenhuma, base factual; eles têm, igualmente, interpretado mal seus próprios dados. Desde que a dúvida plana sobre a natureza da crise, a narrativa dos autores sobre suas causas podem ser igualmente postas em questão. D. Artmitage e J. Guldi confundem micro-história e história cultural e, dessa

¹ Publicado originalmente como: Hunt, Lynn. «*Faut-il réinitialiser l'histoire?* », *Annales Histoire, Sciences Sociales*, 70-2, 2015, p. 319-325, ©EHESS, Paris

² Lynn Hunt é doutora pela Stanford University (1973) e *Distinguished Research Professor* na UCLA – University of Califórnia, Los Angeles, onde ensina História Moderna Europeia. Autora de diversos estudos sobre Revolução Francesa e História Cultural. Publicou, entre outras obras, *Invention Human Rights* (2007).

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual Paulista – “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp/Assis. A tradução é parte das atividades desenvolvidas no doutorado-sanduiche desenvolvido na França com bolsa da Capes – Processo nº BEX 3630/15-3.

Recebido em: 01/11/2015
Aprovado em: 17/11/2015

forma, descaracterizam o trabalho dos historiadores culturais. Uma das alternativas a essa interpretação errônea é examinar os momentos precedentes à percepção de uma “crise” entre os historiadores. Eles mesmos, na verdade, se preocupam com problemas similares há quase um século. Para compreender a especificidade da crise atual, seria útil examinar, sobretudo, os efeitos da democratização contínua do ensino superior do que culpar alguns historiadores de terem desviado a disciplina de suas questões.

Os ensaios, cuja ambição seja renovar de maneira radical o programa de uma disciplina, têm, de modo geral, recorrido ao mesmo procedimento retórico ultrapassado. Os autores primeiro constataam uma “crise” para, em seguida, analisarem as causas antes de propor sua abordagem para remediá-la⁴, e é nesta abordagem que se encontra o artigo de David Armitage e Jo Guldi.

A crise que a pesquisa atravessa, “não somente no seio das humanidades solitárias, mas igualmente em escala do sistema mundial”, é uma crise de curto prazo. No domínio da história, ela tem sido acompanhada de uma “cegueira quanto às grandes questões contemporâneas”, de uma incapacidade dos acadêmicos em influenciar as elites políticas e mesmo de se influenciarem entre si (o “baixo impacto das obras de história de curto prazo sobre o resto da disciplina – sem contar as outras disciplinas”) (ARMITAGE; GULDI, 2015, p.291).

Essa direção foi atribuída à micro-história, que designa aqui não somente a *microstoria* herdada da Itália, mas todo procedimento de “extrema redução da duração” pelo estudo dos “detalhes locais”, implicando, suposta e igualmente, em um “trabalho sobre um obscuro conjunto documental”.

Os autores propuseram um retorno à longa duração como a única solução de saída de uma “crise moral”, na qual se encontra a historiografia anglófona nos últimos quarenta anos e como um meio de reavivar o diálogo estabelecido entre a História e “as instituições internacionais”, assim como, “os *experts* e os militantes”, os quais estão no domínio da mudança climática ou dos excessos do capitalismo.

Uma crise do curto prazo

Infelizmente, estes argumentos repousam sobre afirmações concernentes à natureza da crise que são embasadas em poucos dados, ou mesmo nenhum. Para os historiadores que acreditam somente no *big data*⁵, o leitor pode admirar-se somente pela mediocridade de interpretação que ele tem de seus próprios megadados. Seu *ngram*⁶ sobre a sequência *more and more about less and less* mostra que a tendência em relação ao “curto prazo” atingiu seu apogeu nos anos 1940, para então refluir regularmente. A preocupação com a especialização não segue uma trajetória paralela

⁴ Eu mesma já me prestei a esse pequeno jogo ao menos duas vezes: Lynn HUNT (dir.), *The New Cultural History: Essays*, Berkeley, University of California Press, 1989; Id., *Writing History in the Global Era*, New York, W.W. Norton, 2014.

⁵ Nota do tradutor: “grande evidência”, “dado incontestável”. Optou-se por deixar na forma original, em inglês, em respeito à coerência dos argumentos desenvolvidos no mesmo parágrafo.

⁶ Nota do tradutor: *ngram*, em linguagem computacional, seria uma ferramenta capaz de medir, em meio a um grande número de dados, a utilização de um determinado termo e/ou expressão ao longo de muitas décadas. Ver por exemplo: <https://books.google.com/ngrams>

ao processo de profissionalização, que se acelerou somente a partir dos anos 1940 e que foi aparentemente despercebido pelos historiadores até o período precedente à década de 1980.

A referência ao estudo de Benjamin Schmidt sobre o período médio estudado nas teses de História escritas nos Estados Unidos é ainda mais enganosa, pois o autor conclui que, “desde 1965, os períodos cobertos pelos historiadores alongaram-se” (SCHMIDT, 2013). De acordo com Schmidt, o que caracteriza as teses de História nos Estados Unidos é uma inserção no presente: cada vez mais teses são escritas sobre os períodos mais recentes. A História não sofreria mais de “presentismo” do que uma visão de curto-prazo?

A natureza da crise que experimentaria a História sujeita a questionamentos, torna a análise desses autores, sobre suas causas, igualmente questionável. À micro-história é feita a atribuição de todos os males pelo simples motivo que “micro” sugere “menor”, mas o verdadeiro alvo das críticas desses autores seria, na verdade, a “virada cultural”, que obteve maior influência no mundo anglófono do que a micro-história propriamente dita.

Os partidários da história cultural insistem sobre a lógica e o poder performático próprios à cultura, enquanto os adeptos da micro-história se focam sobre um evento em particular para revelar processos mais amplos que não seriam visíveis a partir de uma grande escala analítica. E, se os pesquisadores em história cultural utilizam algumas vezes os métodos da micro-história, como o fez Robert Darnton – em ensaio sobre o “grande massacre de gatos” do final dos anos 1730, em Paris -, eles não o fazem sistematicamente e, mesmo quando fosse o caso, as questões nunca seriam “menores” (DARNTON, 1985). Darnton se debruçou sobre o massacre de gatos para analisar as relações de trabalho, mas, em outros estudos, ele utilizou métodos completamente diferentes para colocar na ordem do dia a história da edição à época das Luzes.

É por amalgamar a história cultural à micro-história que David Armitage e Jo Guldi percorrem tão frequentemente o caminho errado e o exemplo mais impressionante acerca desta constatação seria seu ataque contra William Sewell - historiador mais citado no artigo deles.

Sua obra *Work and Revolution in France* não destaca qualquer caso de micro-história e, quando muito, cobre “somente” alguns decênios. De resto, em trabalho mais recente, *Logics of History*, o autor formula críticas similares a respeito da virada cultural, sem sugerir, contudo, que os historiadores renunciassem a essa forma de história (SEWELL, 1980; 2005).

Sewell, talvez mais que qualquer outro especialista americano da história europeia, tem procurado recolocar o sujeito supostamente “sério” do capitalismo no centro do debate. Portanto, torna-se difícil compreender por que motivo eles criticaram sua abordagem “que empresta da sociologia a atenção ao detalhe e aos atores individuais” (se de fato dividíssemos essa forma contestável de caracterizar a sociologia como método) (ARMITAGE; GULDI, 2015, p. 298).

Além do mais, seria insensato afirmar que os trabalhos de Natalie Zemon Davis, Robert Darnton e Joan Scott abandonaram a ambição de uma “edificação moral ao privilegiarem um evento singular” (ARMITAGE; GULDI, 2015, p.299). Se seus trabalhos conquistaram tal influência, é porque eles impulsionaram os leitores a pensar a

história de forma diferenciada, por meio da exploração de temas os quais não devem ser considerados como “menores”, tais como: a história das mulheres, da impressão, da Reforma, dos Iluministas, da Revolução Francesa, ou – em menção a um trabalho recente de Zemon Davis - da experiência muçulmana na Europa (ZEMON DAVIS, 2007).

A ideia de que os historiadores renunciaram a influência dos *experts*, dos militantes ou das instituições internacionais não seria viável ou passível de consideração, visto que Darnton abriu uma via ao questionar o impacto do Google sobre a edição e a leitura digital, assim como, Scott se debruçou recentemente sobre as leis francesas concernentes ao véu islâmico e à paridade na vida política e Zemon Davis trabalhou diversas vezes com temas contemporâneos como a representação cinematográfica e o conflito israelense-palestino (ZEMON DAVIS, 2002).

Como se poderia afirmar, mesmo que brevemente, que esses historiadores – entre tantos outros possíveis exemplos a serem citados - evidenciam uma “cegueira quanto às grandes questões contemporâneas”? (ARMITAGE; GULDI, 2015, p.309). Brenda Stevenson, por exemplo, faz parte desse rol de possíveis historiadores responsáveis por evidenciar tais questões. A historiadora estudou recentemente o assassinato de Latasha Harlins para compreender as origens dos protestos populares em Los Angeles de 1992 (STEVENSON, 2013). Na realidade, ninguém imagina que as relações inter-raciais nos Estados Unidos não sejam um tema sério, de tamanha importância contemporânea.

Isso não impede que Armitage e Guldi repitam a assertiva de que as micro-histórias de raças, de classes e da vida sexual conduziu a uma total negligência de temas como a fome ou a pobreza e utilizem o mesmo ataque contra a história das identidades de maneira geral, a qual os historiadores acusam de evidenciar o “sentimentalismo” e tratando-a com desdém.

Entretanto, a história das identidades mudou os comportamentos nos Estados Unidos ao influenciar, por exemplo, a decisão recente da Corte Suprema de invalidar uma parte da lei federal Ato de Defesa ao Casamento, abrindo assim uma via ao casamento homossexual. Os historiadores da “identidade” como Nancy Cott e George Chauncey se voluntariaram gratuitamente para preparar as defesas na qualidade de *amici curiae*, os quais, sem dúvida, influenciaram nas políticas públicas que jamais farão as abordagens propostas por Armitage e Guldi⁷.

Uma crise moral ou profissional

Embora os autores se enganem sobre a natureza da crise e os seus responsáveis, eles não têm menos razão em provocar um debate sobre os objetivos, métodos e ética da pesquisa histórica. Na medida em que o discurso sobre as viradas e inovação constantes (penso, por exemplo, na “Nova História”) termina por realçar um raciocínio pelo absurdo, é chegada a hora, talvez, de retornar a alguns progressos, feitos no passado, que insuflaram, pela segunda vez, ar na História enquanto disciplina. A “longa duração” é, certamente, uma dessas abordagens fecundas, mas não parece indispensável, a fim de reabilitá-la, demolir outras abordagens. A História enquanto disciplina sempre se

⁷ Inúmeros historiadores colaboraram com os relatórios *amici curiae* (amigos da corte) nos julgamentos de *Hollingsworth v. Perry et United States v. Windsor*. Ver, por exemplo, Respect for Marriage Coalition, <http://www.respectformarriage.org/news/entry/amici-briefs-filed-in-windsor-and-perry-marriage-cases/>

beneficiará de tensões e até mesmo de conflitos entre as abordagens divergentes.

Outro modo de se virar contra o passado consiste em examinar outros momentos da história em que a constatação de uma “crise” foi formulada. Assim, em 1926, a *American Historical Association* (AHA) publicava um relatório intitulado “The Writing of History”, cuja ambição era lutar contra a perda de influência da história. “Os bibliotecários que têm nas mãos os livros que as pessoas leem os editores e os livreiros que distribuem as obras publicadas e todos os outros observadores da situação atual fazem todos a mesma constatação: a leitura da história está em perda de celeridade, e que ela não exerce mais o mesmo apelo àqueles próximos que tinham por hábito se designar como ‘classe educada’.

Esse não era o caso há quarenta anos (BASSETT, 1926), considerando que, nesta época, os autores do relatório propunham diferentes explicações a este fato: os professores de história passariam mais tempo no ensino; os autores de trabalhos históricos da época, que então pertenciam a uma classe mais modesta, contrariamente aos grandes historiadores do passado, que estavam abrigados da necessidade, se envolviam em prazeres e possuíam um senso estético; enfim, os estudos universitários eram muito longos (quatro ou cinco anos), mais especializados e se limitavam à formação, “sem se atentar ao interesse, ao valor, à possibilidade de desenvolvimento futuro, o escopo mais vasto, a verdadeira importância do trabalho realizado” (ABBOTT, 1926).

Quase um século depois, o diagnóstico não é o mesmo no ensaio de David Armitage e Jo Guldi, mas é surpreendentemente parecido. Apressados em encontrar os culpados da “crise moral” que atravessa atualmente a História, Armitage e Guldi negligenciam as mudanças estruturais dentro da disciplina, como o fazia mais sistematicamente o relatório publicado em 1926.

Em um dos capítulos desse relatório, John Spencer Bassett, um professor de história do Smith College, começava por uma comparação entre 1884, data de fundação da AHA, e a situação quarenta anos depois: “Em 1884, as grandes universidades tinham somente um ou dois professores de história, hoje eles têm dez ou mais. A maior parte das faculdades tinha um professor de história, mas os cursos ministrados estavam ligados à economia política, à ciência política ou oratória. Hoje, uma faculdade média tem entre dois e cinco professores de história, e economia política e a ciência política possuem seus próprios departamentos” (BASSETT, id.)

Os problemas estruturais da disciplina atingiram tamanha magnitude 90 anos depois que eles acentuam efetivamente o sentimento de crise. O número de historiadores cresceu nos Estados Unidos (como na maior parte, se não em todos, os países ocidentais). No período entre 1999-2012, as inscrições nas faculdades e universidades americanas aumentaram em torno de 40% e o número de professores de ciências humanas foi acrescido em 50%⁸. Só na disciplina de história, o número total de professores aumentou um terço e alcançou 23.640 indivíduos, dos quais três quartos ocupam postos nas universidades⁹.

A estrutura social do corpo discente, como a do corpo docente, continua a evoluir,

⁸ Humanities Indicators, “Number of Humanities Faculty Members”, figure III-9c: “Numbers of Post-secondary Faculty Teaching in Humanities Disciplines, 1999-2012”, <http://www.humanitiesindicators.org/content/indicatordoc.aspx?i=71#fig321>

⁹ Bureau of Labor Statistics, Occupational Employment and Wages, mai 2014, 25-1125 History Teachers, Postsecondary, <http://www.bls.gov/oes/current/oes251125.htm>

com inúmeras implicações no estudo da história. Em 2013, a *University of California*, Los Angeles (12ª colocada na classificação de Shanghai) recebia 29.000 estudantes no primeiro ciclo, entre os quais somente 28% eram brancos, enquanto 35% eram de origem asiática, 18% hispânicos, 12% de nacionalidades estrangeiras e 7% com dupla nacionalidade ou de origem desconhecida. Dentre os estudantes do primeiro ano em 2013, 58% eram mulheres. O corpo docente é menos diverso que a população estudantil, mas evoluiu igualmente. Assim, nos Estados Unidos, a proporção de mulheres atuando em departamentos de história das universidades passou de 15% em 1980 a 35% em 2007.

É impossível explicar a crise atual da história como disciplina, em particular a partir da perspectiva da historiografia anglófona, sem considerar a influência marcante da democratização no ensino superior. Mais e mais estudantes de famílias desfavorecidas frequentam as universidades, mas eles têm cada vez mais que lidar com professores contratados em tempo parcial ou temporários. Em 1975, 30% dos professores de universidades americanas trabalhavam em tempo parcial; em 2005 esse número passou a 48% (MONKS, 2009).

Enquanto o acesso aos estudos universitários se democratizou, o apreço que as universidades e os professores beneficiavam junto ao público diminuiu. Além do mais, as desigualdades dentro da profissão se aprofundam, como no resto da sociedade americana. As universidades mais ricas têm lucros enquanto as mais modestas têm, cada vez mais, dificuldades em equilibrar seu orçamento. Há pouco em comum entre a experiência de um professor de História em Harvard, Brown ou UCLA e um professor que ensina em tempo parcial à centenas de estudantes por um salário de miséria numa faculdade comunitária ou em uma universidade estadual em dificuldade financeira. O salário médio por um curso ministrado por um professor em tempo parcial é de 2.700 dólares (sem seguro de saúde ou plano de aposentadoria), enquanto que um professor assistente titular em um departamento de história ganha 52 mil dólares para ministrar de quatro a seis cursos e se beneficia de uma cobertura social completa (TOWNSEND, 2010).¹⁰

Nem a micro-história, nem a história cultural são a origem desses problemas estruturais. Ao contrário, esses campos disciplinares foram recebidos com bastante entusiasmo pelos professores-pesquisadores desejosos de fazer ouvir a voz daqueles que estavam excluídos do campo da pesquisa histórica (camponeses, operários, mulheres, minorias raciais e sexuais).

Como os historiadores sociais antes deles, os historiadores culturais foram, com frequência, eles mesmos produto das mudanças que afetaram o corpo discente a partir dos anos 1960. Qual influência terá o retorno da longa duração sobre os domínios da pesquisa histórica que continuam a se desenvolver? Esse retorno servirá para reafirmar as prioridades das elites políticas e dos métodos da história diplomática, política, militar e econômica? Constituirá um novo pretexto para reduzir os efetivos, pois se uma mesma pessoa pode escrever sobre a história da agricultura britânica, a guerra através

10 Para o salário médio, ver "The Just-In-Time Professor", 2014, <http://democrats.edworkforce.house.gov/sites/democrats.edworkforce.house.gov/files/documents/1.24.14AdjunctEforumReport.pdf> para os salários dos professores assistentes de história, ver Robert B., "New Report Shows Little Growth in Salaries for History Faculty", 2010, <http://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/may-2010/new-report-shows-little-growth-in-salaries-for-history-faculty>

dos anos, a fome, a pobreza ou toda a história do planeta, de quantos professores de história as universidades precisarão? Terá por consequência renovar o interesse das elites, dos militantes e das instituições internacionais pela História ou, ao menos, forçar os historiadores a debater sobre a finalidade de seu trabalho? O futuro o dirá. Uma coisa é certa, se nós atravessamos uma crise, ela tem sua própria duração, relativamente longa, uma vez que ela não data de ontem e não se resolverá provavelmente amanhã.

Referências

ABBOTT, Wilbur C. The Influence of Graduate Instruction on Historical Writing. In: *The Writing of History*, 1926, <http://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/archives/the-writing-of-history>

ARMITAGE, David ; GULDI, Jo. *Le retour de la long durée : une perspective anglo-américaine*, *Annales HSS*, 70-2, 2015, p. 289-318.

BASSETT, John Spencer. The Present State of Historical Writing. In: *The Writing of History*, 1926, <http://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/archives/the-writing-of-history/the-present-state-of-historical-writing>

DARNTON, Robert. *Le grand massacre des chats. Attitudes et croyances dans l'ancienne France*, trad. Par M.-A. Revellat, Paris, R. Laffont, [1984] 1985.

HUNT, Lynn (dir.). *The New Cultural History: Essays*, Berkeley, University of California Press, 1989; I

_____. *Writing History in the Global Era*, New York, W.W. Norton, 2014.

MONKS, James. Who Are the Part-Time Faculty?, *Academe*, 95-4, 2009, <http://www.aaup.org/article/who-are-part-time-faculty#VF6VbofkwpI>

SCHMIDT, Benjamin M. *What Years do Historians Write About?*, *Sapping Attention: Digital Humanities: Using Tools from the 1990s to Answer Questions from the 1960s about 19th Century America*, 2013, <http://sappingattention.blogspot.com/2013/05/what-years-dohistorians-write-about.html>.

SEWELL, William H. Jr., *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

STEVENSON, Brenda E. *The Contested Murder of Latasha Harlins: Justice, Gender, and the Origins of the LA Riots*, Oxford University Press, 2013.

_____. *Logics of History: Social Theory and Social Transformation*, Chicago, University of Chicago Press, 2005.

TOWNSEND, Robert B. *New Report Shows Little Growth in Salaries for History Faculty*, 2010, <http://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/may-2010/new-report-shows-little-growth-in-salaries-for-history-faculty>

ZEMON DAVIS, Natalie. *Trickster Travels: A Sixteenth-Century Muslim between Worlds*, New York, Hill and Wang, 2007.

_____. *Slaves on Screen: Film and Historical Vision*, Cambridge, Harvard University Press, 2002.